INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROPRIEDADE INTELECTUAL E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA PARA A INOVAÇÃO

ROBERTHA DOS SANTOS PEIXOTO

RELATÓRIO TÉCNICO CONCLUSIVO SOBRE A GESTÃO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL EM *STARTUPS* VINCULADAS A PRIMEIRA EDIÇÃO DO PROGRAMA GÊNESIS NO ESPÍRITO SANTO

COLATINA-ES

2026

ROBERTHA DOS SANTOS PEIXOTO

RELATÓRIO TÉCNICO CONCLUSIVO SOBRE A GESTÃO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL EM *STARTUPS* VINCULADAS A PRIMEIRA EDIÇÃO DO PROGRAMA GÊNESIS NO ESPÍRITO SANTO

Relatório Técnico Conclusivo, produto tecnológico da dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Propriedade intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação do Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Colatina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Propriedade intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação.

Orientador: Prof. Dr. Alextian Bartholomeu Liberato.
Coorientador: Prof. Dr. Ronis Faria de Souza.

COLATINA-ES

2026

Editora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
R. Barão de Mauá, nº 30 – Jucutuquara
29040-689 – Vitória – ES
www.edifes.ifes.edu.br | editora@ifes.edu.br

Reitora: Adriana Pionttkovsky Barcellos

Pró-Reitor de Administração e Orçamento: Leandro Bitti Santa Anna

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional: Eglon Rhuan Salazar Guimarães

Pró-Reitor de Ensino: Sanandreia Torezani Perinni

Pró-Reitor de Extensão: Anderson Rozeno Bozzetti Batista

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Maíra Maciel Mattos de Oliveira

Diretor de pesquisa: Gabriel Domingos Carvalho

Coordenador da Edifes: Adonai José Lacruz

Coordenador adjunto da Edifes: Marcio de Souza Bolzan

Conselho Editorial

Adrianna Machado Meneguelli * Aline Freitas da Silva de Carvalho * Ana Raquel Santos de Medeiros * Elias Rocha Gonçalves Júnior * Isaias Alves * Jorge Henrique Gualandi * Luiz Henrique Lima Faria * Marta Talitha Carvalho Freire Mendes * Quezia Barbosa Oliveira Amaral * Rafael da Silva Marques Ferreira * Rogério Luiz Pin Callegari * Viviane Bessa Lopes Alvarenga * Wagner Ayrão de Castro.

Revisão de texto: Robertha dos Santos Peixoto, Alextian Bartholomeu Liberato e Ronis Faria de Souza.

Projeto gráfico: Robertha dos Santos Peixoto, Alextian Bartholomeu Liberato e Ronis Faria de Souza.

Diagramação: Robertha dos Santos Peixoto, Alextian Bartholomeu Liberato e Ronis Faria de Souza.

Capa: Robertha dos Santos Peixoto, Alextian Bartholomeu Liberato e Ronis Faria de Souza.

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
(Instituto Federal do Espírito Santo – Biblioteca do *campus* Colatina)

P379g Peixoto, Robertha dos Santos

Relatório técnico conclusivo sobre a gestão da propriedade intelectual em startups vinculadas a primeira edição do programa Gênesis no Espirito Santo [recurso eletrônico] / Robertha dos Santos Peixoto ; Alextian Bartholomeu Liberato ; Ronis Faria de Souza. - Colatina : Edifes Acadêmico, 2026.

43 f. : il.

Inclui bibliografica.

ISBN 978-65-5331-249-4

DOI 10.36524/978-65-5331-249-4

1. Propriedade intelectual. 2. startups. 3. transferência de tecnologia. 4. Inovação tecnológica. 5. Gestão de ativos intangíveis I. Peixoto, Robertha dos Santos. II. Liberato, Alextian Bartholomeu. IIIl. Souza, Ronis de Faria. IV. Titulo.

Elaborado por Débora do Carmo de Souza CRB 6-ES / 631
DOI: 10.36524/9786553312494

Este livro foi avaliado e recomendado para publicação por pareceristas *ad hoc*.

Esta obra está licenciada com uma Licença Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Brasil.

RESUMO

Este relatório técnico aborda a gestão da Propriedade Intelectual (PI) em *startups* vinculadas a primeira edição do Programa Gênesis, iniciativa de apoio ao empreendedorismo inovador na microrregião Centro-Oeste do Espírito Santo, conduzida em parceria pelo Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), pela Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI), pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES) e pela Prefeitura Municipal de Colatina. O relatório apresenta, em última instância, ações para o fortalecimento da gestão da PI nas *startups* apoiadas, com vistas à proteção, organização e exploração estratégica dos ativos intangíveis gerados ao longo da jornada empreendedora. A metodologia empregada caracterizou-se como pesquisa aplicada, de natureza predominantemente qualitativa, com fins exploratório-descritivos, por meio de análise documental de três relatórios institucionais do programa e de questionário diagnóstico respondido por 15 das 18 *startups* concluintes (83,3%). Os dados foram tratados pela técnica de Análise de Conteúdo, com categorias fundamentadas no modelo de Rocha e Machado (2018), estruturadas em cinco dimensões: Gestão Interna, Gestão Externa, Gestão Tática, Gestão Estratégica e Ausência de Evidências Documentais de gestão de PI. Os resultados revelaram que a gestão da PI nas *startups* analisadas manifesta-se de forma heterogênea, incipiente e pouco sistematizada, com relação a proteção formal de ativos, na formalização de mecanismos internos de sigilo e na exploração econômica dos intangíveis identificados. Diante desses desafios, são apresentadas ações de curto, médio e longo prazo que oferecem um caminho prático para que o Programa Gênesis amplie sua capacidade de apoiar *startups* na identificação, proteção e exploração de seus ativos intangíveis, fortalecendo sua posição estratégica no ecossistema regional de inovação e transferência de tecnologia.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual; *Startups*; Gestão de Ativos Intangíveis; Transferência de Tecnologia; Inovação Tecnológica.

ABSTRACT

This technical report addresses Intellectual Property (IP) management in startups linked to the first edition of the Genesis Program, an initiative supporting innovative entrepreneurship in the Center-West microregion of Espírito Santo, Brazil, conducted in partnership by the Federal Institute of Espírito Santo (IFES), the State Secretariat for Science, Technology and Innovation (SECTI), the Espírito Santo Research and Innovation Support Foundation (FAPES), and the Municipality of Colatina. The report ultimately presents actions aimed at strengthening IP management in the supported startups, with a view to protecting, organizing, and strategically exploiting the intangible assets generated throughout the entrepreneurial journey. The methodology was characterized as applied research, predominantly qualitative in nature, with exploratory-descriptive purposes, conducted through documentary analysis of three institutional program reports and a diagnostic questionnaire answered by 15 of the 18 completing startups (83.3%). Data were analyzed using Content Analysis, with categories grounded in the Rocha and Machado (2018) model, structured into five dimensions: Internal Management, External Management, Tactical Management, Strategic Management, and Absence of Documentary Evidence of IP management. The results revealed that IP management in the analyzed startups is heterogeneous, incipient, and poorly systematized, particularly regarding the formal protection of assets, the formalization of internal confidentiality mechanisms, and the economic exploitation of identified intangibles. In response to these challenges, short-, medium-, and long-term actions are presented, offering a practical roadmap for the Genesis Program to expand its capacity to support startups in identifying, protecting, and exploiting their intangible assets, thereby strengthening its strategic position within the regional innovation and technology transfer ecosystem.

Keywords: Intellectual Property; Startups; Intangible Asset Management; Technology Transfer; Technological Innovation.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 6

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO 6

2. O PROGRAMA GÊNESIS: DESENHO INSTITUCIONAL E JORNADA DAS *STARTUPS* 8

3. METODOLOGIA 12

3.1 DIMENSÕES DA ANÁLISE 13

4. RESULTADO A ANÁLISE SOBRE A GESTÃO DE PI NAS *STARTUPS* DO PROGRAMA GÊNESIS 15

4.1 GESTÃO INTERNA DE PI (C1) 16

4.2 GESTÃO EXTERNA DE PI (C2) 17

4.3 GESTÃO TÁTICA DE PI (C3) 20

4.4 GESTÃO ESTRATÉGICA DE PI (C4) 21

4.5 AUSÊNCIA DE EVIDÊNCIAS DOCUMENTAIS DE GESTÃO DE PI (C5) 23

4.6 DEMANDAS POR APOIO INSTITUCIONAL 24

4.7 SÍNTESE INTEGRADA DOS RESULTADOS 25

5. RECOMENDAÇÕES PARA O FORTALECIMENTO DA GESTÃO DE PI NO PROGRAMA GÊNESIS 28

5.1 APONTAMENTOS GERAIS 28

5.2 PROPOSTA DE ETAPA PREPARATÓRIA: DIAGNÓSTICO DA WIPO E *CANVAS* ESTRUTURAÇÃO INICIAL DA PI 30

5.2.1 Diagnóstico de PI da WIPO/OMPI 30

5.2.2 *Canvas* de Estruturação Inicial da Propriedade Intelectual 32

5.2.3 Inserção dos instrumentos na jornada do Programa Gênesis 33

5.3 CONTRIBUIÇÕES ESPERADAS DA PROPOSTA 36

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS 38

6.1 LIMITAÇÕES DO ESTUDO 39

6.2 SUGESTÕES PARA ESTUDOS FUTUROS 39

6.3 PRÓXIMOS PASSOS PARA O PROGRAMA GÊNESIS 39

REFERÊNCIAS 41

1. INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

O ambiente econômico contemporâneo é marcado pela crescente centralidade do conhecimento como principal força motriz da competitividade e do desenvolvimento socioeconômico. Nesse contexto, a Propriedade Intelectual (PI) emerge como instrumento estratégico essencial para a proteção, valorização e gestão dos ativos intangíveis que sustentam a vantagem competitiva das organizações, especialmente daquelas orientadas à inovação. O reconhecimento dessa centralidade está expresso tanto em tratados internacionais quanto em marcos regulatórios nacionais, como a Lei de Inovação (Lei nº 10.973/2004), o Marco Legal de CT&I (Lei nº 13.243/2016) e o Marco Legal das *Startups* (Lei Complementar nº 182/2021).

Apesar dos avanços normativos, a gestão da PI ainda é incipiente entre empresas brasileiras, inclusive *startups*, que frequentemente enfrentam limitações de recursos financeiros, falta de conhecimento técnico e ausência de estratégias operacionais para a proteção de seus resultados inovadores (Gallo, 2024). Em escala global, o WIPO Pulse Report (2025), que analisou a percepção da PI em 74 países e 35.500 respondentes, revelou aumento significativo da conscientização sobre direitos de PI, mas apontou que a América Latina ainda apresenta assimetria informacional entre jovens e empreendedores, com acesso restrito a serviços especializados e dificuldades operacionais para utilização dos sistemas formais de proteção.

É nesse cenário que o Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) desenvolveu o Programa Gênesis, iniciativa voltada ao fomento de *startups* na microrregião Centro-Oeste do Espírito Santo, em parceria com a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI), a Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES) e a Prefeitura Municipal de Colatina. O programa apoia empreendimentos desde a ideação até o estágio de escala, por meio de subvenção econômica, capacitações, mentorias e acompanhamento técnico, constituindo arranjo institucional relevante para a interiorização da inovação no território (IFES, 2023; Bragato *et al*., 2024).

Apesar do suporte oferecido, observa-se que a gestão da PI não se apresenta de forma estruturada e sistematizada na trajetória das *startups* apoiadas. A questão central desta pesquisa é: de que modo a gestão da Propriedade Intelectual se manifesta nas *startups* vinculadas ao Programa Gênesis, a partir da análise documental dos relatórios do programa, e quais estratégias podem ser propostas para fortalecer essa gestão?

Com esse propósito, este Relatório Técnico Conclusivo (RTC) apresenta o diagnóstico das práticas de gestão de PI observadas nas 18 *startups* analisadas, discute os padrões e vulnerabilidades identificados e propõe diretrizes concretas para o fortalecimento dessa dimensão no programa. O relatório está organizado em seis seções: contextualização e apresentação do Programa Gênesis; metodologia de análise; diagnóstico por categoria; recomendações estratégicas; e considerações finais com próximos passos.

2. O PROGRAMA GÊNESIS: DESENHO INSTITUCIONAL E JORNADA DAS *STARTUPS*

O Programa Gênesis é uma iniciativa do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), desenvolvida em parceria com a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI), a Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES) e a Prefeitura Municipal de Colatina. Voltado ao estímulo ao empreendedorismo inovador na microrregião Centro-Oeste do Espírito Santo, o programa se insere em um movimento mais amplo de interiorização da inovação no estado, buscando aproximar instituições de ensino, poder público, agentes de fomento e setor produtivo em torno do desenvolvimento de negócios inovadores com potencial de impacto territorial (IFES, 2023; Bragato *et al.*, 2024).

No plano normativo, o programa está alinhado ao Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei nº 13.243/2016) e ao Marco Legal das *Startups* (Lei Complementar nº 182/2021), que estabelecem condições institucionais para o fomento ao empreendedorismo inovador por meio de subvenção econômica, capacitação e suporte técnico. Sua operacionalização foi disciplinada pelo Edital FAPES nº 10/2023, que definiu o programa como chamada pública destinada à seleção, capacitação e apoio financeiro a soluções inovadoras com elevado potencial de mercado e contribuição para o desenvolvimento sustentável da região. O edital fixou subvenção econômica de até R$ 30.000,00 por proposta, para até 20 projetos selecionados, com acompanhamento, assessoramento e mentoria por período mínimo de seis meses (FAPES, 2023).

A distribuição de responsabilidades entre os parceiros reflete o caráter colaborativo e territorial da iniciativa. A FAPES ficou responsável pela chamada pública e gestão dos recursos de subvenção; o IFES, por meio de sua Incubadora de Empresas no Campus Colatina, assumiu a pesquisa sobre o ecossistema regional, a capacitação dos empreendimentos selecionados e a organização dos eventos; e a Prefeitura de Colatina, por meio de sua Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, ficou responsável pela mobilização nos municípios da microrregião (Souza *et al*., 2023).

A implementação do programa foi acompanhada por ações expressivas de mobilização territorial: 25 pessoas atuaram nas equipes de divulgação, foram realizadas 20 visitas a escolas e instituições, 8 oficinas de ideação e 6 grandes eventos ao longo da trajetória do programa, estimando-se alcance direto de 5.000 pessoas (IFES, 2025). Isso evidencia que o Gênesis extrapolou o formato clássico de edital de fomento para operar como estratégia de indução ecossistêmica, cumprindo também função pedagógica e política ao difundir a cultura da inovação em um território historicamente menos central no debate estadual sobre ciência, tecnologia e inovação.

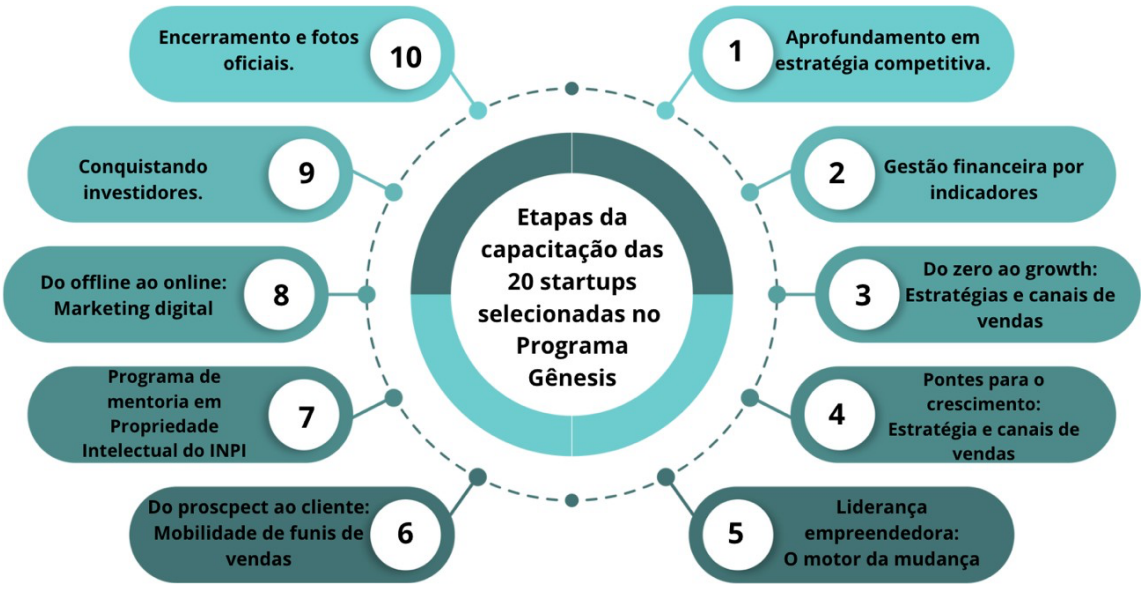
O processo seletivo foi estruturado em funil progressivo articulado à capacitação dos candidatos. De 178 ideias iniciais submetidas, 150 avançaram para capacitação sobre modelo de negócios; 60 seguiram para a etapa de plano de negócios; e 20 foram selecionadas para a fase de subvenção e mentoria. A etapa decisiva da seleção final incluiu o *Pitch Day*, realizado em 23 de novembro de 2023, no evento Colatina Conectada, no qual os 60 projetos remanescentes apresentaram suas propostas em *pitches* de até três minutos avaliados por aproximadamente 240 estudantes de instituições públicas e privadas de ensino médio e superior por meio de plataforma digital. Essa dinâmica reforçou a dimensão participativa do programa ao articular critérios técnicos com a interação do ecossistema local (IFES, 2025).

Das 20 *startups* selecionadas, 18 permaneceram no acompanhamento final, sendo essas as unidades de análise desta pesquisa. As duas que saíram durante a fase de mentorias foram tratadas apenas como registro contextual, sem integrar o quadro analítico principal. As *startups* atuam em setores variados: educação, saúde, governo, agronegócio, eventos, Internet das Coisas, varejo, marketing, alimentos, construção civil, finanças e soluções digitais. Essa diversidade setorial é uma característica intencional do programa e é analiticamente relevante para a gestão da PI: *startups* baseadas em *software* demandam atenção a programas de computador, marcas e contratos; startups com soluções técnicas ou equipamentos aproximam-se de questões de patenteabilidade e segredo industrial; negócios orientados a conteúdo, metodologia ou serviços envolvem sobretudo direitos autorais, marca e documentação de autoria.

A jornada formativa das 20 *startups* finalistas totalizou 130 horas de acompanhamento: 20 horas de capacitação sobre modelo de negócios, 20 horas sobre plano de negócios,

20 horas sobre abertura e gestão de negócios, 40 horas de mentorias individuais e 30 horas de *workshops* temáticos, com participação dos 55 empreendedores vinculados às *startups* selecionadas (IFES, 2025). Os conteúdos abrangeram validação da proposta de valor, prototipagem, análise de mercado, matriz *SWOT*, planejamento estratégico, cultura organizacional, *marketing*, vendas, funil comercial, indicadores de gestão, captação de investidores e Propriedade Intelectual. O 8º *workshop* foi dedicado especificamente à PI, conduzido em parceria com o INPI, representando o principal ponto de contato formal das *startups* com o tema ao longo do programa, apresenta-se a Figura 1, que sintetiza os *workshops* realizados ao longo do período de acompanhamento.

Figura 1 - Etapas da capacitação das 20 *startups* selecionadas no Programa Gênesis.



Fonte: elaboração própria com base em IFES (2025).

Como se observa, a trilha de capacitação contemplou temas diversos e complementares, combinando conteúdos voltados à gestão, ao mercado, à liderança, à captação de recursos e à Propriedade Intelectual. A presença de um *workshop* específico sobre PI evidencia que essa dimensão já integrava a jornada das *startups*, ainda que de forma pontual no conjunto das ações formativas.

Os resultados do programa foram documentados em três relatórios institucionais que constituem o corpus documental desta pesquisa: o Relatório de Apresentação das *Startups* (IFES, 2024a), o Relatório de Evolução Final (IFES, 2024b) e o Caderno de Comunicação Final (IFES, 2025). O Quadro 1 sintetiza o perfil do corpus analisado.

Quadro 1: Perfil do corpus analisado – Programa Gênesis, primeira edição.

Elemento de caracterização	Síntese
Startups selecionadas pelo Programa Gênesis	20
Startups no acompanhamento final	18
Startups respondentes ao questionário	15 (83,3%)
Fases predominantes	Ideação (majoritária) e validação
Setores representados	Educação, saúde, governo, agronegócio, eventos, IoT, varejo, *marketing*, alimentos, construção civil, finanças e soluções digitais
Principais indícios documentais de PI	Marca/logomarca, *software*, MVP, protótipo, patente, contratos de direitos autorais, parcerias técnicas e consultorias especializadas
Capacitação em PI na jornada	8º *workshop*, conduzido em parceria com o INPI

Fonte: elaboração própria com base nos relatórios do Programa Gênesis (IFES, 2024a; 2024b; 2025).

A predominância de *startups* em fases iniciais (ideação e validação) é um dado estruturante para a interpretação dos resultados: em fases iniciais, é comum que empreendedores priorizem validação de mercado, desenvolvimento do MVP e estruturação mínima do negócio em detrimento da gestão formal da PI. Contudo, essa condição não elimina a relevância da PI; ao contrário, indica a necessidade de mecanismos proporcionais ao estágio de desenvolvimento, como acordos de confidencialidade, documentação de autoria e identificação dos ativos protegíveis (ABNT NBR ISO 56005:2023; Almeida, 2022).

3. METODOLOGIA

A pesquisa que fundamenta este relatório adota abordagem predominantemente qualitativa, caráter exploratório-descritivo e delineamento de estudo de caso, tendo o Programa Gênesis como caso investigado e as 18 *startups* concluintes como unidades de análise (Yin, 2015). O percurso metodológico envolveu três etapas principais: análise documental, levantamento por questionário e tratamento dos dados por análise de conteúdo.

A análise documental incidiu sobre três relatórios institucionais do programa: o Relatório de Apresentação das *Startups* (IFES, 2024a), o Relatório de Evolução Final (IFES, 2024b) e o Caderno de Comunicação Final (IFES, 2025). Esses documentos permitiram acompanhar a trajetória das *startups* em diferentes momentos da execução do programa: da seleção e apresentação inicial à consolidação dos resultados. A triangulação entre os três documentos foi decisiva para distinguir indícios iniciais de práticas efetivamente confirmadas ao longo da jornada.

De forma complementar, foi aplicado questionário diagnóstico às *startups* participantes, com aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa do IFES (CAAE nº 85420824.7.0000.5072). O instrumento foi respondido por 15 das 18 *startups* concluintes (83,3%), pelos CEOs, fundadores ou integrantes diretamente envolvidos na gestão estratégica. As respostas foram submetidas à estatística descritiva e utilizadas como fonte complementar de evidências para aprofundar a interpretação dos achados documentais.

O tratamento dos dados foi realizado pela Análise de Conteúdo temática, conforme Bardin (2016), nas três fases propostas pela autora: pré-análise (leitura flutuante e definição do *corpus*), exploração do material (codificação e categorização) e inferência/interpretação. As categorias foram construídas de forma apriorística, com base no modelo de Rocha e Machado (2018), que organiza a gestão da PI em quatro dimensões. Uma quinta categoria foi incorporada para registrar a ausência de evidências documentais.

3.1 DIMENSÕES DA ANÁLISE

A grade categorial adotada organiza a análise em cinco dimensões complementares, descritas no Quadro 2.

Quadro 2: Grade categorial adotada na análise de conteúdo.

Categoria	Descrição
C1 — Gestão Interna de PI	Práticas de proteção do conhecimento interno: sigilo, documentação de autoria, controle de *know-how* e acordos de confidencialidade entre sócios, colaboradores e parceiros.
C2 — Gestão Externa de PI	Ações formais de proteção dos ativos intelectuais junto a órgãos competentes: registro de marca, depósito de patente, registro de *software*, desenho industrial e direito autoral.
C3 — Gestão Tática de PI	Uso dos ativos intelectuais como instrumento de posicionamento competitivo, diferenciação de mercado e vantagem frente a concorrentes.
C4 — Gestão Estratégica de PI	Uso dos ativos intelectuais como alavanca de expansão territorial, licenciamento, captação de investimento, parcerias tecnológicas, transferência de tecnologia e internacionalização.
C5 — Ausência de evidências documentais de gestão de PI	Situações em que os documentos analisados não apresentam evidências diretas ou indiretas de práticas de gestão de PI, embora sejam identificáveis ativos intangíveis potencialmente protegíveis.

Fonte: elaboração própria com base em Rocha e Machado (2018) e Bardin (2016).

Para a operacionalização da análise, foi adotada escala graduada de três níveis para cada categoria: presente (P), quando o relatório registra explicitamente a prática com confirmação de realização ou andamento concreto; incipiente (I), quando há indícios ou menções indiretas sem confirmação de formalização; e ausente (A), quando os documentos não apresentam nenhuma evidência da prática em questão. Essa escala é mais aderente ao modelo de Rocha e Machado (2018) do que uma classificação binária, pois permite identificar não apenas o que está consolidado ou inexistente, mas também o que se encontra em processo de estruturação, informação diretamente relevante para a proposição de recomendações.

Cabe registrar que as classificações apresentadas refletem o grau de evidência documentalmente identificado, e não necessariamente o estado real da gestão de PI em cada *startup*. Os relatórios do Programa Gênesis foram produzidos com finalidade institucional e comunicacional, e não com o objetivo de registrar práticas de PI, o que

pode ter limitado a visibilidade de algumas ações. As inferências foram realizadas com cautela e sempre vinculadas às evidências disponíveis.

4. RESULTADO A ANÁLISE SOBRE A GESTÃO DE PI NAS *STARTUPS* DO PROGRAMA GÊNESIS

A aplicação da grade categorial ao corpus documental revelou um cenário de práticas heterogêneas, predominantemente incipientes e fragmentadas. O Quadro 3 apresenta a síntese consolidada da codificação das 18 *startups*.

Quadro 3: Síntese da codificação das startups por categoria analítica e grau de evidência de gestão de PI.

Startup	Fase	C1 Interna	C2 Externa	C3 Tática	C4 Estratégica	C5 Ausência
S01	Operação	Presente	Presente	Presente	Presente	Ausente
S02	Ideação	Incipiente	Incipiente	Incipiente	Incipiente	Incipiente
S03	Tração	Presente	Presente	Presente	Presente	Ausente
S04	Ideação	Incipiente	Ausente	Incipiente	Incipiente	Presente
S05	Ideação	Ausente	Ausente	Incipiente	Ausente	Presente
S06	Validação	Incipiente	Incipiente	Presente	Presente	Ausente
S07	Ideação	Incipiente	Incipiente	Incipiente	Ausente	Presente
S08	Ideação	Incipiente	Presente	Incipiente	Presente	Ausente
S09	Ideação	Incipiente	Presente	Presente	Incipiente	Ausente
S10	Validação	Incipiente	Incipiente	Presente	Presente	Incipiente
S11	Ideação	Incipiente	Ausente	Incipiente	Ausente	Presente
S12	Ideação	Incipiente	Presente	Presente	Presente	Ausente
S13	Ideação	Incipiente	Incipiente	Incipiente	Incipiente	Presente
S14	Validação	Ausente	Ausente	Incipiente	Incipiente	Presente
S15	Validação	Incipiente	Incipiente	Incipiente	Incipiente	Presente
S16	Ideação	Ausente	Incipiente	Incipiente	Ausente	Presente
S17	Ideação	Incipiente	Incipiente	Presente	Incipiente	Presente
S18	Validação	Incipiente	Presente	Presente	Presente	Ausente

Fonte: elaboração própria com base em Bardin (2016) e Rocha e Machado (2018).

4.1 GESTÃO INTERNA DE PI (C1)

A gestão interna de PI, que compreende práticas de proteção do conhecimento dentro da própria organização, como sigilo, documentação de autoria, controle de *know-how* e acordos de confidencialidade, foi a categoria com maior uniformidade de distribuição no corpus. Das 18 *startups*, apenas S01 e S03 apresentaram evidências classificadas como presentes. Treze *startups* apresentaram indícios incipientes, e S05, S14 e S16 não registraram nenhuma evidência identificável.

S01 registrou a contratação de consultoria especializada em marca e patente como ação deliberada e formalizada, indicando controle intencional sobre o processo de proteção dos ativos. S03 desenvolveu solução tecnológica proprietária para leitura *offline* de *QR Codes*, descrita nos relatórios como ativo técnico central da empresa, com divulgação controlada e processo de proteção em andamento, evidências que configuram gestão interna estruturada.

Para as demais *startups* classificadas como incipientes, os relatórios descrevem processos proprietários em desenvolvimento, parcerias técnicas ou organização informal do *know-how,* sem confirmação de mecanismos formais como acordos de confidencialidade, registros de autoria ou políticas de sigilo. É relevante observar que S08, por exemplo, estabeleceu parcerias com empresas de tecnologia na China para desenvolvimento do protótipo, situação que pode indicar circulação de informação técnica sensível com parceiros externos, mas que não permite afirmar, pelos documentos disponíveis, a existência de proteção contratual estruturada.

O caso de maior criticidade em C1 é S11, cujo produto biotecnológico à base de microrganismos para absorção de nutrientes em olerícolas demandaria, pela sua natureza, acordos de confidencialidade desde as fases iniciais de P&D, instrumentos ausentes nos relatórios. Igualmente preocupante é S15, que desenvolve solução de *hardware* e *software* em parceria com instituição de ensino: esse contexto tipicamente exige definição prévia de titularidade e regras de sigilo, mas os documentos não registram nenhuma abordagem desse aspecto.

Os dados do questionário complementam essa leitura: 47% dos respondentes declararam conhecimento básico sobre PI, 47% intermediário e apenas 7% avançado.

Esse perfil sugere que, embora a maioria reconheça alguma familiaridade com o tema, o conhecimento disponível nas equipes ainda não é suficiente para estruturar práticas formais de gestão interna da PI. A ausência de mecanismos como acordos de confidencialidade e documentação de autoria expõe os ativos intangíveis ao risco de divulgação prematura ou apropriação indevida, especialmente em contextos colaborativos como incubadoras e programas de aceleração.

4.2 GESTÃO EXTERNA DE PI (C2)

A gestão externa de PI, compreendida como as ações formais de proteção dos ativos intelectuais junto a órgãos competentes, como registro de marca, depósito de patente, registro de *software* e proteção de direito autoral, foi a categoria com maior concentração de ausências no corpus. Das 18 *startups*, apenas S01, S03, S08, S09, S12 e S18 apresentaram evidências de gestão externa classificadas como presentes. Cabe esclarecer que elementos como CNPJ, e-mail corporativo, logomarca e identidade visual, embora indicativos de formalização empresarial, não foram considerados nesta categoria: a classificação como presente exigiu evidências explícitas de ações de proteção de ativos intelectuais.

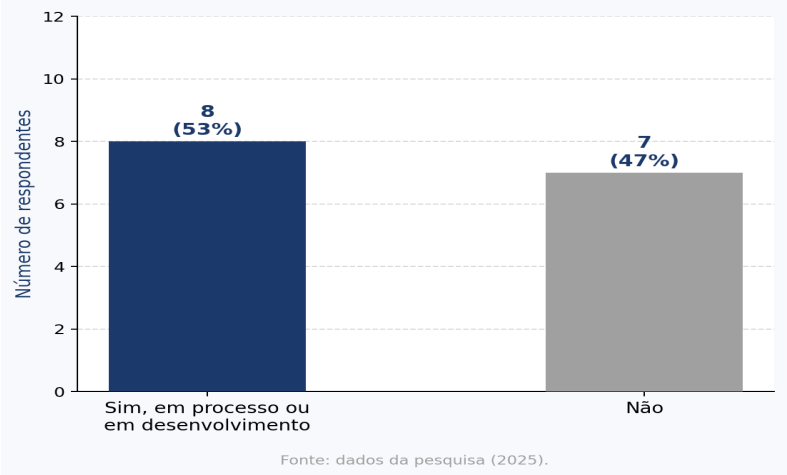
Um dado analiticamente relevante é a diferença entre o número de *startups* com identidade visual desenvolvida (15 das 18) e com registro de marca junto ao INPI (5 das 18), conforme o Relatório de Evolução Final (IFES, 2024b). Essa assimetria evidencia que a dimensão simbólica da marca foi amplamente adotada, mas a dimensão protetiva e jurídica permaneceu restrita a uma minoria. Tratam-se de iniciativas distintas: desenvolver uma logomarca é ação de branding; registrá-la junto ao INPI é ação de PI.

Entre as *startups* com gestão externa presente, S18 apresentou o portfólio mais completo do corpus: registro formal da marca, registro do *software* e contratos relacionados a direitos autorais. S12 merece atenção específica: o Relatório de Evolução descreve que o foco central da *startup* não é a venda imediata do produto, mas a formulação de uma patente para sua tecnologia de pasteurização por UV, isto é, escolha que demonstra compreensão de que o valor do negócio reside na

tecnologia, e não apenas no produto final. S08 realizou o registro da marca com os recursos da subvenção recebida, representando decisão estratégica deliberada sobre o uso de recursos públicos. S03, além do registro de marca e da empresa, encaminhou processo de proteção relacionado ao algoritmo de leitura *offline* de *QR Codes.*

Os dados do questionário reforçam essa lacuna, conforme o Gráfico 1: 53% dos respondentes declararam algum nível de envolvimento com registro de ativo de PI (concluído, em processo ou em desenvolvimento), contra 47% que afirmaram não ter registrado nenhum ativo.

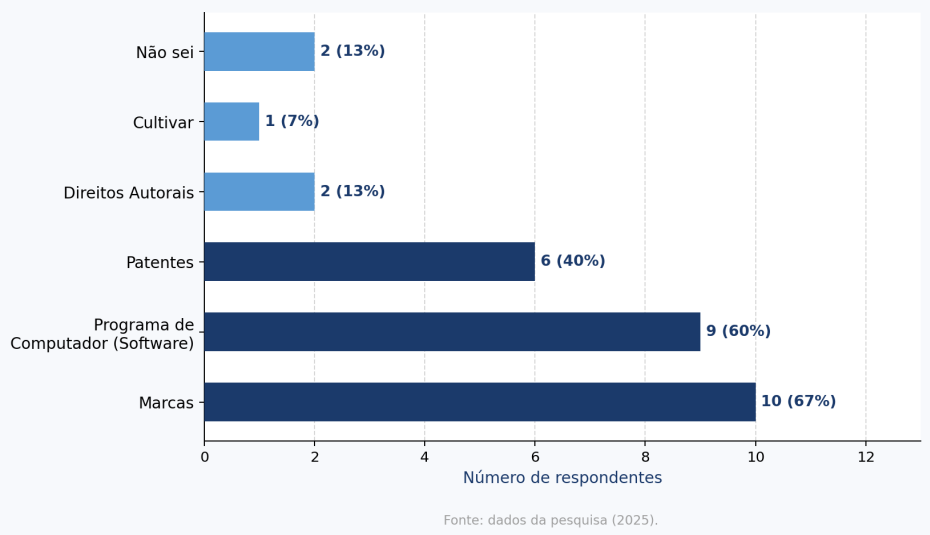
Gráfico 1 - Status de registro de ativo de PI (n=15)



Fonte: dados da pesquisa (2025).

Quando perguntados sobre as formas de proteção mais relevantes para suas *startups*, marcas e programas de computador foram as mais citadas, com 10 e 9 menções respectivamente, seguidas de patentes (6), direitos autorais (2) e cultivar (1), conforme o Gráfico 2. A baixa conversão entre o reconhecimento da relevância dos instrumentos e a realização efetiva de registros sugere que o conhecimento sobre as formas de proteção não se traduz automaticamente em ação de proteção.

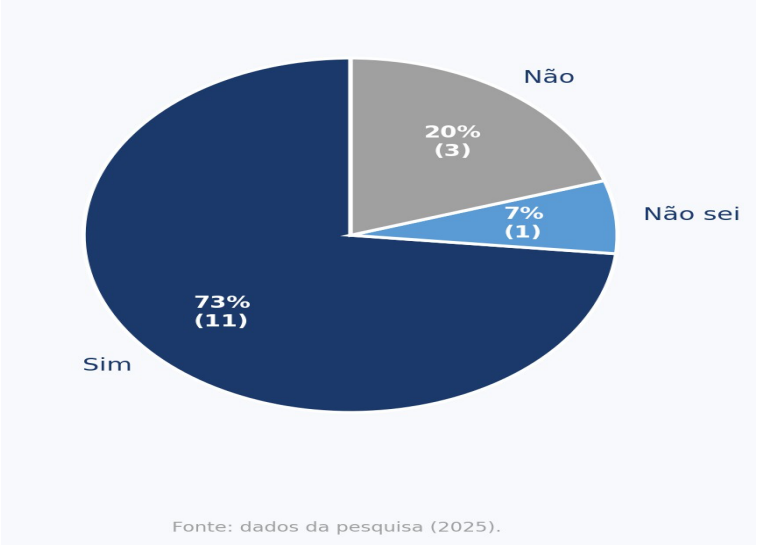
Gráfico 2 - Formas de proteção de PI consideradas mais relevantes (n=15, múltipla escolha)



Fonte: dados da pesquisa (2025).

O Gráfico 3 registra os respondentes que declararam que suas *startups* possuem inovações que necessitam de proteção em PI.

Gráfico 3 - A *startup* possui inovações que necessitam de proteção em PI? (n=15)



Fonte: dados da pesquisa (2025).

A baixa conversão entre o reconhecimento da relevância dos instrumentos e a realização efetiva de registros é um dos achados centrais da pesquisa: 73% dos

respondentes declararam que suas *startups* possuem inovações que necessitam de proteção em PI, mas apenas 33% das *startups* apresentaram evidências de proteção formal. Essa distância entre reconhecimento e ação constitui a principal vulnerabilidade identificada.

4.3 GESTÃO TÁTICA DE PI (C3)

A gestão tática de PI, compreendida como o uso de ativos intelectuais como instrumento de posicionamento competitivo, diferenciação de mercado e vantagem frente a concorrentes, foi a categoria com maior número de classificações presentes no corpus. Das 18 *startups*, S01, S03, S06, S09, S10, S12, S17 e S18 apresentaram evidências de gestão tática presentes. Cabe esclarecer que a classificação foi atribuída apenas quando o ativo intelectual identificável aparece articulado ao posicionamento competitivo da empresa, e não quando há menção genérica à inovação ou originalidade da solução.

S03 articula explicitamente sua solução tecnológica proprietária de leitura *offline* de *QR Codes* como vantagem competitiva frente a concorrentes, usando o ativo tecnológico como argumento de diferenciação no mercado de gestão de eventos. S06 posiciona sua metodologia de correção por professor habilitado como diferencial frente a plataformas com correção automatizada por inteligência artificial, reconhecendo que o ativo central do negócio é o método pedagógico, e não apenas a plataforma tecnológica. S17 identifica a funcionalidade de lançamento automático de despesas por escaneamento de cupom como diferencial inexistente nos concorrentes de mercado, ainda que não tenha iniciado processo de registro do *software* correspondente.

A presença de gestão tática em *startups* que ainda não realizaram registros formais, como S06, S10 e S17, revela padrão relevante: o uso estratégico dos ativos intangíveis como instrumento de posicionamento pode preceder e, por vezes, substituir a proteção formal. Esse padrão é coerente com a literatura (Ornellas, 2019), mas expõe um risco concreto: diferenciais competitivos baseados em ativos não protegidos são vulneráveis à imitação, especialmente em mercados digitais com baixa

barreira de entrada. A ausência de proteção registral transforma o diferencial competitivo em vantagem temporária e não exclusiva.

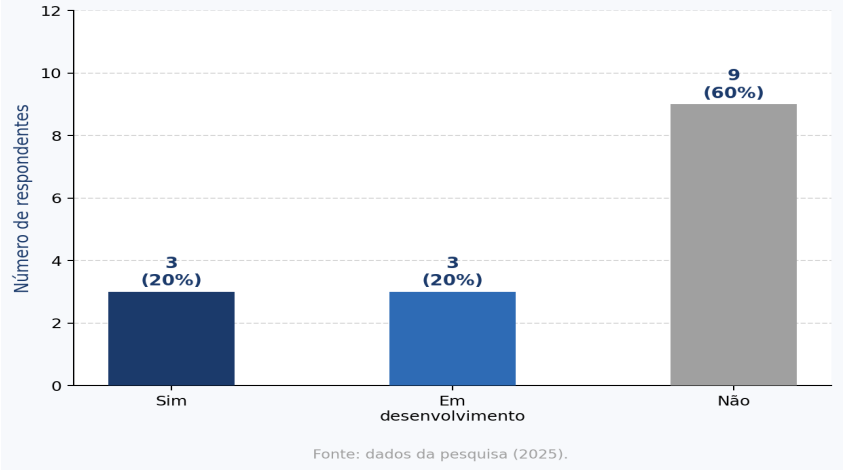
4.4 GESTÃO ESTRATÉGICA DE PI (C4)

A gestão estratégica de PI, compreendida como o uso dos ativos intelectuais como alavanca de expansão territorial, licenciamento, captação de investimento, parcerias tecnológicas ou internacionalização, foi identificada como presente em S01, S03, S06, S08, S10, S12 e S18. As demais *startups* apresentaram indícios incipientes ou ausentes nessa dimensão. É importante distinguir, nessa categoria, estratégia empresarial de gestão estratégica da PI: a classificação como presente foi atribuída apenas quando a expansão ou exploração econômica aparece vinculada a ativos intelectuais específicos, não simplesmente a planos de crescimento genéricos.

S03 articula estratégia explícita de licenciamento da tecnologia por meio de rede de representantes comissionados para expansão a outras cidades, conectando diretamente o ativo tecnológico ao modelo de crescimento. S18 firmou parcerias internacionais e preparou aplicações para editais internacionais da FAPES, vinculando a proteção formal dos ativos (registro de marca e *software*) a uma perspectiva de inserção no mercado global. S08 estabeleceu parcerias com empresas de tecnologia na China, com perspectiva de transformação do mercado nacional de café, articulando a tecnologia proprietária a uma visão de expansão baseada no conhecimento técnico desenvolvido.

Os dados do questionário sobre estratégia formalizada de PI confirmam que essa dimensão ainda é pouco estruturada no corpus: apenas 3 dos 15 respondentes (20%) declararam ter uma estratégia formalizada de PI, 3 (20%) afirmaram estar em desenvolvimento e 9 (60%) responderam negativamente, conforme o Gráfico 4.

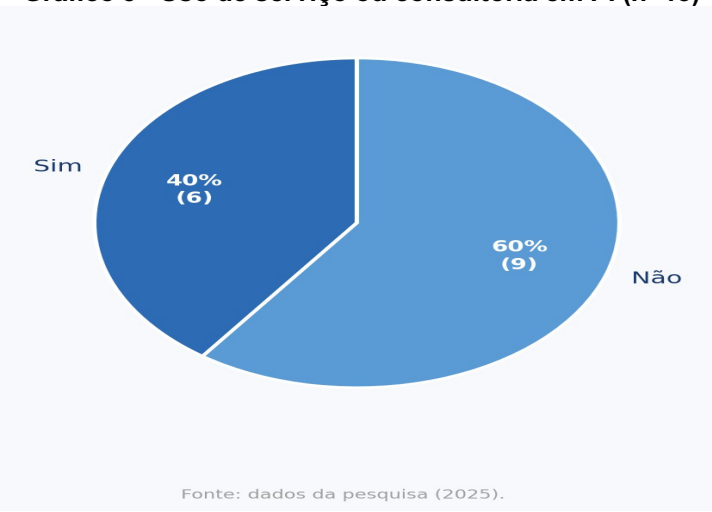
Gráfico 4 - A *startup* possui estratégia formalizada para proteção de PI? (n=15)



Fonte: dados da pesquisa (2025).

O uso de serviços ou consultorias em PI reforça esse diagnóstico: apenas 6 dos 15 respondentes (40%) declararam ter utilizado algum serviço ou consultoria especializada, conforme o Gráfico 5. Sem acesso a orientação qualificada, as *startups* tendem a concentrar-se nas dimensões mais imediatas da PI, como o registro de marca, sem desenvolver uma visão integrada sobre licenciamento, portfólio de ativos ou exploração econômica da inovação.

Gráfico 5 - Uso de serviço ou consultoria em PI (n=15)



Fonte: dados da pesquisa (2025).

A análise da C4 evidencia que a gestão estratégica da PI, no sentido de articular ativos intelectuais a modelos de exploração econômica, licenciamento ou internacionalização, é a dimensão menos desenvolvida no conjunto do corpus, restrita

a *startups* que já alcançaram estágios de maior maturidade. Para a maioria dos empreendimentos em ideação, a PI ainda não foi incorporada como componente da estratégia de crescimento do negócio.

4.5 AUSÊNCIA DE EVIDÊNCIAS DOCUMENTAIS DE GESTÃO DE PI (C5)

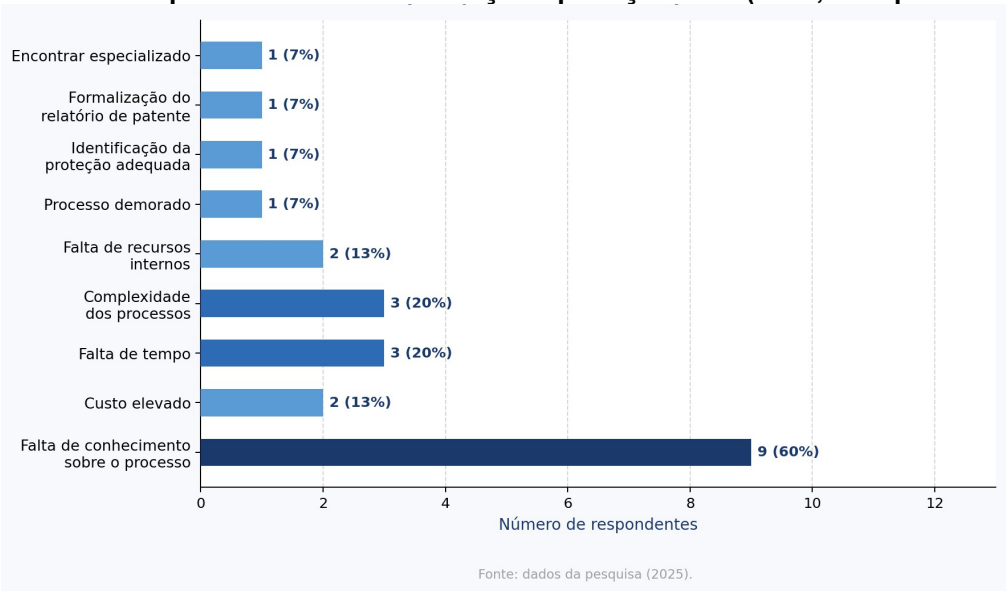
A categoria de ausência de evidências documentais foi classificada como presente em 9 das 18 *startups*: S04, S05, S07, S11, S13, S14, S15, S16 e S17. Essa classificação não implica afirmar que essas *startups* desconhecem o tema da PI, mas que os relatórios institucionais não registraram evidências de práticas de gestão de PI nessas empresas durante o período analisado. Também não equivale a dizer que as práticas não existem na realidade dessas *startups*: os documentos foram produzidos com finalidade comunicacional, e não diagnóstica, o que limita as inferências possíveis.

A distribuição da C5 não é aleatória: concentra-se majoritariamente em *startups* em fase de ideação (7 das 9 classificadas como C5 presente), o que é coerente com a literatura. Almeida (2022) aponta que *startups* em fases iniciais tendem a priorizar validação de mercado e desenvolvimento do produto mínimo viável em detrimento da proteção dos ativos. Contudo, essa condição não elimina a relevância da PI; ao contrário, indica a necessidade de mecanismos proporcionais ao estágio de desenvolvimento.

Entre as *startups* classificadas em C5, S11 representa o caso de maior criticidade em termos de risco: seu produto biotecnológico à base de microrganismos para absorção de nutrientes em olerícolas apresenta potencial de proteção por patente, segredo industrial ou contratos de confidencialidade, instrumentos não mencionados em nenhum momento nos relatórios. S15, com solução de *hardware* e *software* em validação em parceria com instituição de ensino, apresenta contexto que tipicamente exige definição prévia de titularidade dos resultados produzidos em colaboração, mas os documentos não registram nenhuma abordagem desse aspecto. S17 foi classificada com C5 presente em razão da ausência de qualquer iniciativa de registro do *software* que viabiliza a funcionalidade central de seu produto, apesar de os relatórios reconhecerem essa funcionalidade como principal diferencial competitivo.

De acordo com o Gráfico 6, os dados do questionário revelam os fatores subjacentes a esse padrão: a falta de conhecimento sobre o processo foi citada por 60% dos respondentes como principal barreira, sendo a mais frequente com ampla margem. Em seguida aparecem falta de tempo e complexidade dos procedimentos, com 20% cada. Esses relatos evidenciam que a barreira central não é exclusivamente financeira, mas de acesso a orientação qualificada e tempestiva.

Gráfico 6 - Principais dificuldades em relação à proteção de PI (n=15, múltipla escolha)



Fonte: dados da pesquisa (2025).

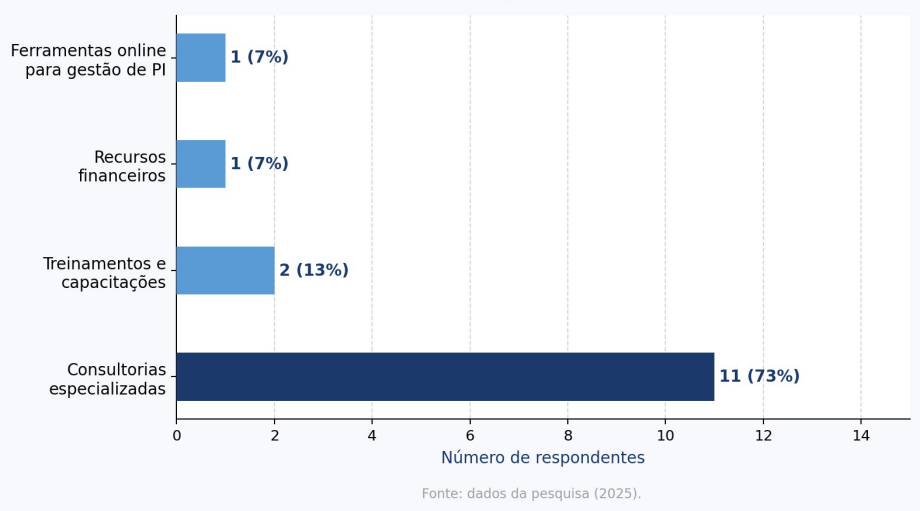
Esses obstáculos são consistentes com desafios identificados por Pinheiro (2012), que aponta como entraves recorrentes os conhecimentos insuficientes sobre o tema, a limitação de recursos financeiros, a falta de recursos humanos qualificados e a necessidade de fortalecimento dos mecanismos de suporte à PI. Embora formulados em outro contexto, esses desafios permanecem pertinentes à realidade das *startups* do Programa Gênesis.

4.6 DEMANDAS POR APOIO INSTITUCIONAL

O último bloco do questionário, conforme demonstrado no Gráfico 7, levantou os recursos e suportes considerados mais úteis pelos empreendedores em relação à PI.

Consultorias especializadas foram indicadas por 73% dos respondentes (11 de 15) como o suporte mais necessário, seguidas de treinamentos e capacitações (13%), recursos financeiros (7%) e ferramentas online para gestão de PI (7%).

Gráfico 7 - Recursos e suportes mais úteis em relação à PI (n=15)



Fonte: dados da pesquisa (2025).

A expressiva preferência por consultorias especializadas é consistente com a principal barreira identificada: se o problema central é a falta de conhecimento sobre o processo, a solução percebida pelos empreendedores é o acesso a orientação qualificada e individualizada. Esse dado sustenta diretamente a proposta técnica apresentada no próximo capítulo: um instrumento diagnóstico aplicado com suporte especializado no início da jornada não apenas prepara os empreendedores para a mentoria do INPI, mas transforma uma capacitação de alcance geral em orientação personalizada para os ativos específicos de cada *startup.*

4.7 SÍNTESE INTEGRADA DOS RESULTADOS

A leitura articulada das cinco categorias evidencia três padrões estruturais que caracterizam a gestão da PI nas *startups* do Programa Gênesis.

O primeiro padrão é a predominância de práticas incipientes em C1. Praticamente todas as *startups* demonstram algum grau de organização tácita do conhecimento, mas raramente alcançam formalização de mecanismos de proteção interna, como por meio de acordos de confidencialidade, registros de autoria, políticas de sigilo. Isso é coerente com o perfil de *startups* em estágio inicial, para as quais a prioridade costuma ser o desenvolvimento do produto e a conquista dos primeiros clientes. Entretanto, a fase inicial não deve ser interpretada como momento de ausência de PI: é justamente nela que os ativos estão mais expostos e mais vulneráveis.

O segundo padrão é a assimetria entre C3 (gestão tática) e C2 (gestão externa). As *startups* demonstram maior capacidade de identificar e usar seus ativos intangíveis como diferenciais de mercado do que de protegê-los formalmente. Esse gap entre uso tático e proteção registral representa vulnerabilidade concreta: em mercados digitais com baixa barreira de entrada, a capacidade de copiar ou imitar soluções não protegidas é alta, e o tempo de resposta para formalização de proteção costuma ser insuficiente quando o empreendedor posterga a decisão de proteger.

O terceiro padrão é a concentração de ausência de evidências (C5) em *startups* em fase de ideação. Das 9 *startups* com C5 presente, 7 estavam em ideação e 2 em validação. Nas *startups* em fases mais avançadas, observa-se progressão esperada: S03 (tração) e S01 (operação) apresentam as melhores performances no conjunto das categorias, com práticas presentes em C1, C2, C3 e C4, e ausência documentada de C5. Esse padrão confirma que a gestão da PI tende a amadurecer com o desenvolvimento do empreendimento, mas também reforça a pertinência de instrumentos diagnósticos precoces que não deixem esse amadurecimento inteiramente à deriva.

O Quadro 4 apresenta os mecanismos de proteção e gestão da PI mais adequados a cada fase de desenvolvimento da *startup*, com base no referencial teórico adotado.

Quadro 4: Mecanismos de proteção e gestão da PI conforme a fase da *startup*.

Fase da *startup*	Mecanismos prioritários de proteção e gestão da PI
Ideação	Utilização de mecanismos contratuais: memorandos de entendimento, acordos de confidencialidade e definição preliminar de titularidade entre sócios, colaboradores e parceiros. Identificação e registro inicial dos ativos relacionados ao MVP.

Operação	Avaliação do momento adequado para registros formais de ativos de PI (marcas, *softwares*, patentes, desenhos industriais, direitos autorais), considerando limitações financeiras e risco de exposição ao mercado.
Tração	Elaboração de documentos internos de controle dos ativos: inventário, registros de autoria, políticas de uso, contratos com colaboradores e parceiros; definição sobre uso, proteção e exploração dos ativos no mercado.
Escala	Exploração direta ou indireta dos ativos de PI via licenciamento, cessão, franquia, transferência de tecnologia, parcerias estratégicas ou internacionalização; avaliação de proteção em mercados estrangeiros.

Fonte: adaptado de Silva, Bueno e Souza (2023), com base em Oliveira (2020) e Almeida (2022).

Em síntese, a análise documental indica que há indícios incipientes de práticas de gestão da PI entre as *startups* analisadas, especialmente quanto à proteção externa de marcas e *softwares*. No entanto, tais práticas aparecem de forma desigual e, em muitos casos, apenas de maneira indireta ou incipiente. A predominância de registros voltados à estruturação do negócio, ao desenvolvimento de MVPs e à formalização empresarial sugere que a PI ainda não aparece como dimensão sistemática da jornada empreendedora no contexto do Programa Gênesis. Os dados confirmam que parte relevante dos empreendimentos reconhece a existência de ativos intangíveis e os utiliza como diferenciais competitivos, mas encontra dificuldades concretas para traduzir esse reconhecimento em práticas formais de proteção, gestão e exploração estratégica.

5. RECOMENDAÇÕES PARA O FORTALECIMENTO DA GESTÃO DE PI NO PROGRAMA GÊNESIS

5.1 APONTAMENTOS GERAIS

A partir dos padrões e vulnerabilidades identificados, esta seção apresenta recomendações práticas para o aprimoramento da gestão da PI no Programa Gênesis, organizadas em ações de curto, médio e longo prazo por dimensão analítica. O Quadro 5 sintetiza essas recomendações.

Quadro 5: Apontamentos de ações de curto, médio e longo prazo por dimensão de gestão de PI.

Dimensão	Desafio central	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
Gestão Interna (C1)	Ausência de mecanismos formais de proteção interna: sigilo, documentação de autoria e acordos de confidencialidade. Apenas 2 *startups* com práticas presentes.	Disponibilizar modelo de NDA para uso imediato pelas *startups* na entrada do programa; orientar sua assinatura antes do início das atividades colaborativas.	Incluir *checklist* de gestão interna de PI nos formulários de acompanhamento periódico; sensibilizar orientadores sobre o tema nos *workshops* de capacitação.	Incorporar a gestão interna de PI como critério avaliativo ao término da jornada, com orientação individualizada e relatório de diagnóstico por *startup*.
Gestão Externa (C2)	Lacuna expressiva entre reconhecimento da necessidade de proteção (73% dos respondentes) e realização efetiva de registros formais. Apenas 6 *startups* com proteção formal.	Aplicar o Diagnóstico de PI da WIPO/OMPI antes da mentoria do INPI para que cada *startup* identifique ativos prioritários de registro; disponibilizar roteiro de encaminhamentos pós-diagnóstico.	Criar acompanhamento pós-mentoria dos registros iniciados; estabelecer parceria com a Agifes para triagem de registrabilidade de marcas e análise preliminar de patenteabilidade.	Formalizar acordo de cooperação com o INPI para oferta de serviços especializados integrados à jornada; criar fundo de bolsas para custeio de registros das *startups* mais avançadas.
Gestão Tática (C3)	Uso tático de ativos intangíveis sem articulação com proteção formal em 8 *startups,* gerando vulnerabilidade em mercados de baixa barreira de imitação.	Incluir no *Canvas* de Estruturação Inicial da PI o Bloco 7 (Diferenciais Competitivos baseados em PI) como reflexão obrigatória antes da mentoria do INPI.	Promover *workshop* sobre conexão entre PI e modelo de negócio, abordando os riscos concretos da ausência de proteção registral de ativos usados taticamente.	Integrar análise de diferenciais baseados em PI ao processo de avaliação de maturidade das *startups* ao final de cada edição do programa.

Gestão Estratégica (C4)	Apenas 20% dos respondentes possuem estratégia formalizada de PI; gestão estratégica restrita a *startups* em fases mais avançadas (operação, tração).	Introduzir o Bloco 8 do *Canvas* de Estruturação Inicial da PI (Estratégia de Exploração Econômica) como instrumento de reflexão inicial sobre licenciamento, parcerias e expansão.	Oferecer mentoria complementar em transferência de tecnologia para *startups* com ativos em tração; abordar captação de investimento com base em portfólio de PI.	Criar trilha avançada de PI para *startups* egressas, com suporte à internacionalização de ativos e conexão a programas nacionais de inovação aberta.
Ausência de evidências (C5)	Falta de conhecimento sobre processos citada por 60% como barreira principal; 9 *startups* sem nenhuma evidência documentada de gestão de PI.	Inserir etapa preparatória pós-seleção composta pelo Diagnóstico da WIPO e pelo *Canvas* de Estruturação Inicial da PI, com mediação de orientador antes da mentoria do INPI.	Capacitar orientadores da incubadora para aplicar os dois instrumentos, produzindo relatório diagnóstico individual por *startup*.	Tornar a etapa preparatória componente permanente da jornada do Programa Gênesis, com avaliação de resultados ao término de cada edição e publicação dos achados.

Fonte: elaboração própria com base nos dados da pesquisa e em Rocha e Machado (2018).

As diretrizes detalhadas no Quadro 5 fornecem um roteiro claro e implementável para o aprimoramento da gestão da PI nas *startups* do Programa Gênesis. A categorização por horizonte temporal permite priorizar ações imediatas de baixo custo, como a aplicação do Diagnóstico da WIPO, enquanto se constroem as bases para transformações institucionais de médio e longo prazo.

A curto prazo, as ações concentram-se em instrumentos já disponíveis e de fácil implementação: inserir a etapa preparatória composta pelo Diagnóstico da WIPO e pelo *Canvas* de Estruturação Inicial da PI antes da mentoria do INPI; incluir no *Canvas* o Bloco 7 (Diferenciais Competitivos) e o Bloco 8 (Estratégia de Exploração Econômica) como reflexões obrigatórias; e apresentar à gestão do programa relatório de diagnóstico de PI por edição, com base nos resultados dos instrumentos aplicados.

A médio prazo, as ações avançam para a formalização de processos e o fortalecimento institucional: capacitar os orientadores da incubadora para aplicar os instrumentos com as *startups*; incluir a gestão de PI nos formulários de acompanhamento periódico; criar roteiro de encaminhamentos pós-mentoria; e buscar parceria com a Agifes para triagem de registrabilidade e análise preliminar de patenteabilidade. A longo prazo, a meta é consolidar a PI como componente

permanente, avaliável e monitorado da jornada do Programa Gênesis, com publicação periódica dos resultados e conexão a redes nacionais de PI.

5.2 PROPOSTA DE ETAPA PREPARATÓRIA: DIAGNÓSTICO DA WIPO E *CANVAS* ESTRUTURAÇÃO INICIAL DA PI

A proposta central desta pesquisa é a inserção de uma etapa preparatória na jornada pós-seleção das *startups*, a ser aplicada antes da mentoria específica em PI conduzida em parceria com o INPI. Essa etapa é operacionalizada por dois instrumentos complementares que, juntos, criam condições para que a *startup* chegue à mentoria com mapeamento de seus ativos já realizado e perguntas mais precisas e contextualizadas.

5.2.1 Diagnóstico de PI da WIPO/OMPI

O Diagnóstico de Propriedade Intelectual da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI/WIPO), conforme apresentado na Figura 2, é uma ferramenta gratuita de autoavaliação voltada a auxiliar empresas na identificação de seus ativos de PI e na compreensão dos aspectos relevantes para sua proteção e gestão. Especialmente útil para empreendimentos sem estrutura interna especializada em PI, a ferramenta é acessível e estruturada em linguagem compreensível para empreendedores sem formação jurídica.

Figura 2 - Tela inicial do Diagnóstico de Propriedade Intelectual da OMPI/WIPO

Fonte: captura de tela realizada pela autora no site da WIPO (WIPO, 2026).

A avaliação ocorre em dois níveis. O primeiro consiste em uma pré-avaliação de dez perguntas sobre a empresa, cujas respostas direcionam o usuário para as seções temáticas mais relevantes ao seu negócio. O segundo nível é composto por dez seções temáticas que abrangem questões sobre patentes, marcas, desenhos industriais, direitos autorais, segredos comerciais, contratos com empregados e fornecedores, licenciamento e comércio internacional. Ao final, o sistema gera relatórios automáticos com recomendações e informações adicionais sobre PI e competitividade empresarial.

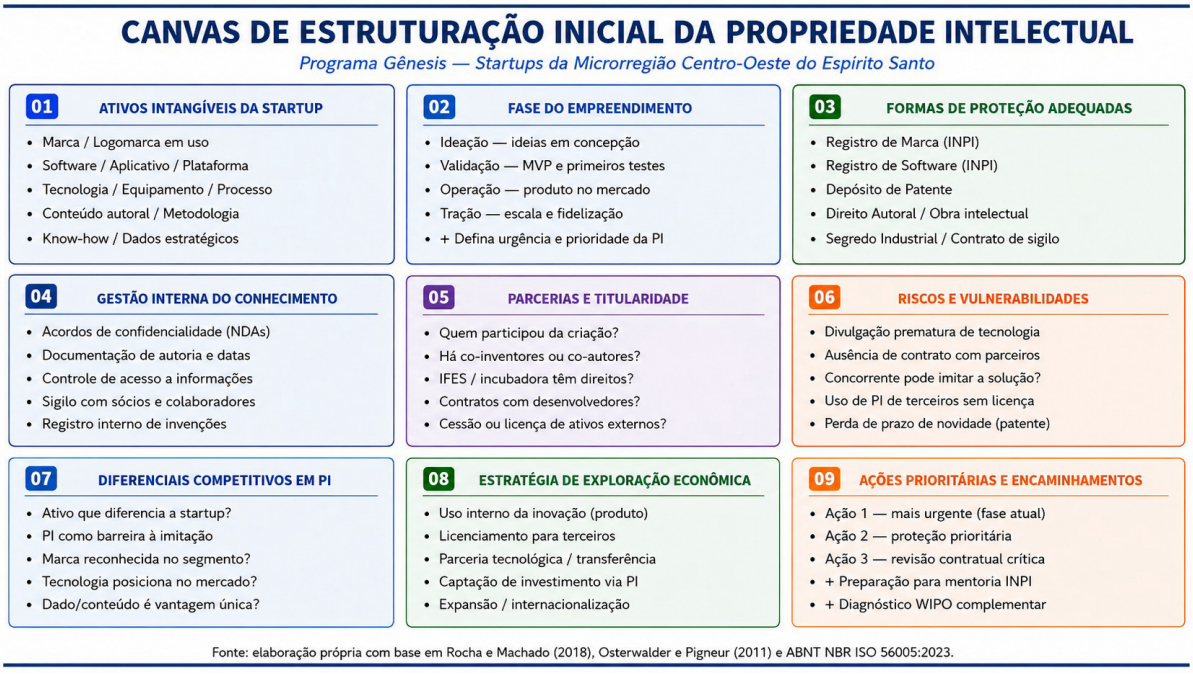
No contexto do Programa Gênesis, o uso do Diagnóstico da WIPO responde diretamente à principal barreira identificada: a falta de conhecimento sobre o que deve ser protegido e como. Ao oferecer um panorama individualizado da situação de PI de cada *startup* antes da mentoria do INPI, o diagnóstico transforma o encontro com o especialista: em vez de chegar sem referências, o empreendedor chega com um mapeamento inicial, dúvidas mais concretas e informações já sistematizadas. O diagnóstico não substitui a atuação do INPI, de consultores especializados ou de assessorias jurídicas, mas atua como instrumento preparatório e de mediação.

5.2.2 *Canvas* de Estruturação Inicial da Propriedade Intelectual

O *Canvas* de Estruturação Inicial da Propriedade Intelectual é uma ferramenta de planejamento e visualização estratégica desenvolvida nesta pesquisa, inspirada na lógica do *Business Model Canvas* (Osterwalder; Pigneur, 2011) e adaptada à realidade das *startups* em estágios iniciais de desenvolvimento. Enquanto o diagnóstico da WIPO oferece leitura diagnóstica individual, o *Canvas* propõe organização estratégica dos ativos identificados, articulando-os às dimensões de proteção, competitividade, titularidade, riscos e exploração econômica.

O *Canvas* está representado na Figura 3 e cada um de seus blocos é descrito na sequência.

Figura 3 - *Canvas* de Estruturação Inicial da Propriedade Intelectual para o Programa Gênesis



Fonte: elaboração própria com base em Rocha e Machado (2018), Osterwalder e Pigneur (2011) e ABNT NBR ISO 56005:2023.

Bloco 1 – Ativos Intangíveis da *Startup*: identificação dos ativos relevantes (marca, *software*, tecnologia, conteúdo, metodologia, *know-how*, dados);

Bloco 2 – Fase do Empreendimento: contextualização dos encaminhamentos conforme o estágio de desenvolvimento (ideação, validação, operação, tração);

Bloco 3 – Formas de Proteção Adequadas: tradução de cada ativo para os instrumentos jurídicos disponíveis (marca, patente, *software*, direito autoral, segredo industrial);

Bloco 4 – Gestão Interna do Conhecimento: mapeamento de práticas de sigilo, documentação de autoria e controle de acesso a informações sensíveis;

Bloco 5 – Parcerias e Titularidade: identificação de co-autores, co-inventores e parceiros com potenciais direitos sobre os resultados, incluindo a incubadora e o IFES;

Bloco 6 – Riscos e Vulnerabilidades: mapeamento dos principais riscos (divulgação prematura, imitação, uso inadvertido de PI de terceiros, perda de novidade);

Bloco 7 – Diferenciais Competitivos baseados em PI: articulação entre ativos intangíveis e posicionamento competitivo da *startup*;

Bloco 8 – Estratégia de Exploração Econômica: reflexão sobre licenciamento, parcerias tecnológicas, captação de investimento e internacionalização;

Bloco 9 – Ações Prioritárias e Encaminhamentos: síntese em três ações concretas e direcionamento para a mentoria do INPI.

O *Canvas* responde às perguntas que o diagnóstico da WIPO não responde: como organizar e usar estrategicamente o que foi identificado? Aplicados em sequência, com mediação de orientador da incubadora em sessão de aproximadamente 60 a 90 minutos, os dois instrumentos criam condições para que a *startup* saia da etapa preparatória com um mapeamento concreto de seus ativos, uma visão inicial de prioridades e perguntas formuladas para a mentoria do INPI.

5.2.3 Inserção dos instrumentos na jornada do Programa Gênesis

Do ponto de vista operacional, a etapa preparatória proposta insere-se no intervalo entre os *workshops* gerais de capacitação e o 8.º *workshop* dedicado à PI em parceria com o INPI. Nesse ponto da jornada, as *startups* já passaram pelo processo seletivo e pela fase inicial de formações gerais, e se encontram em condições mais favoráveis para refletir sobre seus ativos intangíveis e suas necessidades de proteção. A proposta pode ser organizada em dois momentos sequenciais:

Momento 1: cada *startup* aplica o Diagnóstico de PI da WIPO individualmente ou com suporte de orientador da incubadora, obtendo panorama inicial de sua situação em relação aos ativos intangíveis;

Momento 2: com base nos resultados do diagnóstico, a *startup* preenche o *Canvas* de Estruturação Inicial da PI, organizando os ativos identificados, mapeando riscos, definindo formas de proteção e elaborando seus encaminhamentos prioritários para a mentoria do INPI.

A Figura 4 sintetiza o fluxo atualmente observado no percurso pós-seleção do Programa Gênesis, e a Figura 5 apresenta o fluxo proposto neste estudo, com a inclusão da etapa prévia de apoio à gestão da PI antes da mentoria do INPI.

Figura 4 - Fluxo atual do percurso pós-seleção no Programa Gênesis.

Fonte: elaboração própria com base em IFES (2024a), IFES (2024b) e IFES (2025).

Figura 5 - Fluxo proposto com inclusão de etapa prévia de apoio à gestão de PI.

Fonte: elaboração própria.

A comparação entre os dois fluxos evidencia que a proposta não altera a sequência fundamental de ações do Programa Gênesis, mas insere entre os *workshops* gerais de capacitação e a mentoria do INPI uma etapa de mediação composta pelo

diagnóstico da WIPO e pelo preenchimento do *Canvas* de Estruturação Inicial da PI. Essa inserção é justificada empiricamente pelos resultados da pesquisa, que demonstraram que as *startups* chegam à mentoria do INPI com níveis distintos de conhecimento, diferentes tipos de ativos intangíveis e dúvidas bastante heterogêneas, o que tende a limitar o aproveitamento uniforme da ação de PI já existente.

5.3 CONTRIBUIÇÕES ESPERADAS DA PROPOSTA

As contribuições esperadas da proposta podem ser compreendidas em cinco planos complementares. O primeiro é o fortalecimento da gestão organizacional e cultural da PI: ao introduzir etapa prévia de apoio por meio do diagnóstico da WIPO e do *Canvas* de Estruturação Inicial da PI, o programa favorece maior conscientização dos empreendedores sobre seus ativos intangíveis e sua relevância para o negócio.

O segundo plano é a gestão protetiva e registral da PI: o Bloco 3 do *Canvas* e os relatórios do diagnóstico da WIPO auxiliam na identificação de ativos que demandam proteção e nos encaminhamentos prioritários, seja no campo de marca, *software*, patente, direitos autorais ou sigilo. Embora a etapa preparatória não produza por si só proteção formal imediata, contribui para que os empreendedores reconheçam com maior clareza o que possuem e o que deve ser protegido.

O terceiro plano é a gestão estratégica e competitiva da PI: os Blocos 7 e 8 do *Canvas* permitem que as *startups* reflitam, ainda que em nível inicial, sobre como seus ativos sustentam o diferencial competitivo e quais possibilidades de exploração econômica estão disponíveis. O quarto plano é a gestão contratual e relacional da PI: os Blocos 4 e 5 evidenciam necessidades relacionadas à titularidade e à confidencialidade, permitindo encaminhamentos mais adequados no acompanhamento posterior. O quinto plano é a priorização de ativos e ações de PI: o Bloco 9 do *Canvas* traduz a análise em ações concretas e proporcionais à capacidade de cada *startup*.

O Quadro 6 sintetiza o alinhamento entre a proposta técnica e as dimensões de gestão da PI adotadas na pesquisa.

Quadro 6: Alinhamento da proposta técnica às dimensões de gestão de PI adotadas na pesquisa.

Dimensão	Referencial teórico (síntese)	Alinhamento da proposta
C1 — Gestão Interna	Proteção interna: sigilo, documentação de autoria, controle de *know-how* e acordos de confidencialidade (Rocha; Machado, 2018; ABNT NBR ISO 56005:2023).	O Bloco 4 do *Canvas* mapeia práticas internas de proteção; o Diagnóstico da WIPO identifica lacunas de sigilo e documentação antes da exposição dos ativos.
C2 — Gestão Externa	Ações formais de proteção junto a órgãos competentes: marca, patente, *software*, direito autoral (Rocha; Machado, 2018; Almeida, 2022).	O Bloco 3 relaciona cada ativo ao instrumento de proteção mais adequado; o Bloco 9 organiza encaminhamentos prioritários de registro para a mentoria do INPI.
C3 — Gestão Tática	Uso dos ativos como instrumento de diferenciação competitiva e vantagem de mercado (Rocha; Machado, 2018; Ornellas, 2019).	O Bloco 7 orienta a identificação de como os ativos sustentam o diferencial competitivo, evidenciando o risco de utilizá-los sem proteção formal.
C4 — Gestão Estratégica	Uso dos ativos como alavanca de licenciamento, internacionalização, captação de investimento e parcerias (Rocha; Machado, 2018; Chesbrough; Ghafele, 2017).	O Bloco 8 articula ativos às possibilidades de exploração econômica; o Bloco 5 orienta a regularização da titularidade, condição para estratégias de expansão.

Fonte: elaboração própria com base em Rocha e Machado (2018), Almeida (2022) e ABNT NBR ISO 56005:2023.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Relatório Técnico Conclusivo analisou a gestão da Propriedade Intelectual em 18 *startups* vinculadas ao Programa Gênesis, microrregião Centro-Oeste do Espírito Santo, e propôs diretrizes estratégicas para o fortalecimento dessa dimensão no programa. A análise foi conduzida por análise de conteúdo temática de três relatórios institucionais do programa, complementada por questionário respondido por 83,3% das *startups* concluintes.

Os resultados evidenciaram que a gestão da PI nas *startups* do Programa Gênesis se manifesta de forma heterogênea, predominantemente incipiente e pouco sistematizada. A gestão interna (C1) mostrou-se presente em apenas duas *startups*, com ampla predominância de indícios incipientes. A gestão externa (C2) revelou lacuna expressiva entre reconhecimento da necessidade de proteção, declarado por 73% dos respondentes, e realização efetiva de registros junto a órgãos competentes. A gestão tática (C3) concentrou o maior número de classificações presentes, evidenciando que o uso estratégico dos ativos precede e, por vezes, substitui a proteção formal. A gestão estratégica (C4) restringiu-se às *startups* em fases mais avançadas.

A categoria de ausência de evidências (C5) concentrou-se em *startups* em ideação, reforçando a pertinência de instrumentos diagnósticos precoces. As principais barreiras identificadas foram falta de conhecimento sobre os processos, complexidade dos trâmites e acesso limitado a apoio especializado.

Com base nesse diagnóstico, a pesquisa propôs a inserção de etapa preparatória na jornada pós-seleção das *startups,* antes da mentoria do INPI, operacionalizada pelo Diagnóstico de PI da WIPO e pelo *Canvas* de Estruturação Inicial da PI. Aplicados em sequência com mediação de orientador da incubadora, esses instrumentos criam condições para que as *startups* cheguem à mentoria com mapeamento de ativos realizado, perguntas mais precisas e encaminhamentos prioritários definidos. A implementação dessas diretrizes permitirá ao Programa Gênesis consolidar a PI como dimensão transversal da jornada empreendedora, e não apenas como tema pontual de capacitação.

6.1 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Por se tratar de estudo de caso focado em uma única edição do Programa Gênesis, os achados, embora aprofundados e alinhados à literatura, podem não ser diretamente generalizáveis para outros programas ou territórios. Os relatórios analisados foram produzidos com finalidade institucional e comunicacional, o que pode ter limitado a visibilidade de algumas práticas de PI, especialmente nas categorias C3 e C4. Essas limitações não comprometem a relevância dos achados, mas devem ser consideradas na interpretação dos resultados e em sua transferência analítica para outros contextos.

6.2 SUGESTÕES PARA ESTUDOS FUTUROS

As questões emergentes desta pesquisa abrem caminho para investigações futuras: realizar estudos comparativos entre as edições do Programa Gênesis nas novas microrregiões onde o modelo está sendo replicado a partir de 2025; avaliar o impacto da aplicação prática do Diagnóstico da WIPO e do *Canvas* de Estruturação Inicial da PI em edições futuras do programa; validar o *Canvas* por especialistas em PI e empreendedores de perfil semelhante ao corpus; incorporar entrevistas com os empreendedores para capturar dimensões da gestão de PI que os documentos institucionais não registram; e investigar a percepção dos gestores e mentores do programa sobre as barreiras institucionais ao fortalecimento da PI na jornada.

6.3 PRÓXIMOS PASSOS PARA O PROGRAMA GÊNESIS

Sugere-se que este Relatório Técnico Conclusivo seja a base para a criação de um plano de ação detalhado pelo Comitê Gestor do Programa Gênesis, com responsabilidades claras, prazos definidos e indicadores de progresso para cada recomendação apresentada. As ações de curto prazo, como a aplicação do

Diagnóstico da WIPO e do *Canvas* de Estruturação Inicial da PI, que podem ser implementadas na próxima edição do programa sem custo adicional relevante, aproveitando a estrutura já existente. As ações de médio e longo prazo demandam articulação institucional com o INPI, a Agifes e a Incubadora do IFES de Colatina, mas representam investimentos com retorno direto na qualidade dos empreendimentos apoiados e no potencial de transferência de tecnologia do ecossistema regional.

Ao assumir essas recomendações como compromisso estratégico, o Programa Gênesis não apenas fortalece sua capacidade de apoiar *startups* com maior profundidade, mas também consolida seu papel como ambiente de referência para o empreendedorismo inovador no interior do Espírito Santo, contribuindo para a interiorização da inovação e para o fortalecimento dos ecossistemas regionais de PI e transferência de tecnologia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Suzuca Caroline Marçal de. **Ativos de propriedade intelectual no contexto de startups: um estudo sobre as oportunidades e desafios da gestão de ativos de propriedade intelectual por startups brasileiras**. 2022. Dissertação (Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação – PROFNIT) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, Salvador, 2022. Disponível em: http://repositorio.ifba.edu.br/jspui/handle/123456789/325. Acesso em: 17 jun. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT **NBR ISO 56005:2023:** gestão da inovação: ferramentas e métodos para gestão da propriedade intelectual*: orientação*. Rio de Janeiro: ABNT, 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRAGATO, Cláudia Guio; VIEIRA, Edvaldo Almeida; ATAYDES, Gessélia da Costa Silva de; PEREIRA, Mateus; BORGHI, Sulyana Comério Margotto; SANTOS, Tatiani Bellenttini dos; BARBOSA, Victor Guedes. Indução e Interiorização da Inovação no Contexto do Programa Gênesis. In: NARDI, Julio Cesar; FERRARI, Marlinda Gomes; MOREIRA, Raphael Magalhães Gomes; SAQUETTO, Thiago Chieppe (org.). **Propriedade Intelectual, Transferência de Tecnologia e Inovação: Integrando Ensino, Pesquisa e Extensão**. Ponta Grossa/PR: Atena, 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004.** Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm. Acesso em: 3 maio 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016**. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13243.htm. Acesso em: 3 maio 2026.

BRASIL. **Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021.** Institui o marco legal das startups e do empreendedorismo inovador. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp182.htm. Acesso em: 3 maio 2026.

CHESBROUGH, Henry; GHAFELE, Roaya. Inovação aberta e propriedade intelectual: os dois lados da perspectiva de mercado. In: CHESBROUGH, Henry; VANHAVERBEKE, Wim; WEST, Joel (org.). **Novas fronteiras em inovação aberta.** Tradução de Giseli Valentim Rocha. São Paulo: Blucher, 2017. p. 226-240.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E INOVAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO (FAPES). **Edital FAPES nº 10/2023:** Programa Gênesis: geração de ideias inovadoras e estímulo à abertura de startups: processo nº 2022-2QNTW. Vitória: FAPES, 2023. Disponível em:

https://fapes.es.gov.br/Media/fapes/Editais/Edital_Fapes_102023_-_Programa_G%C3%AAnesis_(publicacao).pdf. Acesso em: 4 maio 2025.

GALLO, V. dos S. **A gestão eficiente da propriedade intelectual por meio do Infosec Compliance**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Programa Gênesis:** geração de ideias inovadoras e estímulo à abertura de startups. Colatina: IFES, 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Relatório técnico de apresentação das 20 startups selecionadas pelo Programa Gênesis na microrregião Centro-Oeste do Espírito Santo.** Colatina: IFES, 2024a.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Relatório de evolução final:** Programa Gênesis. Colatina: IFES, 2024b.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Resultados do Programa Gênesis:** acelerando ideia, impulsionando inovação e desenvolvendo negócios. Colatina: IFES, 2025.

OLIVEIRA, Lívia Costa de. A importância da proteção da Propriedade Intelectual na fase inicial de uma Startup. **Revista Brasileira de Direito e Gestão Pública**, v. 8, n. 5, p. 1416–1429, 2021. Disponível em: https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/RDGP/article/view/8615. Acesso em: 28 abr. 2026.

ORNELLAS, A. de S. **Propriedade intelectual para startups: elaboração e validação de cartilha sobre o uso estratégico e mecanismos de proteção.** 2019. Dissertação (Mestrado) – Instituto Nacional da Propriedade Industrial, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/academia/arquivo/arquivosbiblioteca/aline-de-souza-ornellas.pdf. Acesso em: 10 nov. 2025.

OSTERWALDER, A.; PIGNEUR, Y. **Business Model Generation**: Inovação em Modelos de Negócios. Rio de Janeiro: Alta Books Editora. 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/37075116/Business_Model_Generation. Acesso em 20 abr. 2026.

PINHEIRO, Bárbara Juliana. **Gestão da propriedade intelectual no âmbito da inovação aberta**: um estudo em empresas farmacêuticas nacionais. 2012. 176 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 2012. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/60/60137/tde-28062012-111946/publico/Barbara_corrigida.pdf. Acesso em: 20 jun. 2025.

ROCHA, Bekembauer Procópio; MACHADO, Gláucio José Couri. Gestão da Propriedade Intelectual em Startups de fintech brasileiras. In: **9º International Symposium on Technological Inovation**, 2018, v. 9, p. 877-884. Disponível em: https://livros.poisson.com.br/conhecimento/volume9/Gestao_do_conhecimento_e_Inovacao_vol9.pdf. Acesso em: 23 jun. 2025.

SILVA, Adriana Garcia da; BUENO, Miriam Pinheiro; SOUZA, Rafael Rodrigues de. Gerenciamento dos ativos de propriedade intelectual nas fases de estruturação das startups. **Revista de Gestão e Secretariado**, [S. l.], v. 14, n. 11, p. 20698–20709, 2023. DOI: 10.7769/gesec.v14i11.2743. Disponível em: https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/2743. Acesso em: 3 fev. 2026.

SOUZA, Ronis Faria de; BRAGATO, Cláudia Guio; TEIXEIRA, Melanye Cristinne Negreli; HACKBART, Eduardo Helker; PAULA, Leonardo de Souza Pacheco de; COMPER, Ludimila Jejesky; COSTA, Maria Eduarda Macedo. Programa Gênesis: inovação e empreendedorismo na região Centro-Oeste do ES. In: CONFERÊNCIA ANPROTEC DE EMPREENDEDORISMO E AMBIENTES DE INOVAÇÃO, 33., 2023, Brasília. **Anais dos Trabalhos Apresentados na 33ª Conferência Anprotec de Empreendedorismo e Ambientes de Inovação**. Brasília: Anprotec, 2023. v. 1, p. 1-487.

WIPO. **O que é propriedade intelectual?** 2021. Disponível em: https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/pt/wipo_pub_450_2020.pdf. Acesso em 20 jul. 2025.

WIPO. **WIPO Pulse Report Global Intelectual Property Perception Survey 2025.** Geneva: WIPO, 2025. Disponível em: https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/en/wipo-pub-rn2025-13-en-wipo-pulse-2025.pdf. Acesso em: 15 dez. 2025.

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION (WIPO). **WIPO IP Diagnostics*.*** Geneva: WIPO, 2026. Disponível em: https://www.wipo.int/ipdiagnostics-assessment/global/en. Acesso em: 6 maio 2026.

YIN, R.K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.